

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	11
----------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	35
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.154.000
Preferenciais	0
Total	1.154.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	209	81	590
1.01	Ativo Circulante	209	81	590
1.01.02	Aplicações Financeiras	177	43	565
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	177	43	565
1.01.06	Tributos a Recuperar	26	38	25
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6	0	0
1.01.08.03	Outros	6	0	0
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Funcionários e Diretoria	6	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	209	81	590
2.01	Passivo Circulante	171	311	328
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	59	128	138
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	59	128	138
2.01.02	Fornecedores	97	150	124
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	97	150	124
2.01.03	Obrigações Fiscais	15	33	66
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15	33	66
2.02	Passivo Não Circulante	7	12	12
2.02.04	Provisões	7	12	12
2.02.04.02	Outras Provisões	7	12	12
2.03	Patrimônio Líquido	31	-242	250
2.03.01	Capital Social Realizado	4.176	3.087	1.998
2.03.01.01	Capital Subscrito	4.176	4.176	1.998
2.03.01.02	Capital Social a Integralizar	0	-1.089	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.145	-3.329	-1.748

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-822	-1.632	-1.751
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-804	-1.527	-1.725
3.04.02.01	Despesa com Salários	-314	-705	-861
3.04.02.02	Encargos Sociais e Obrigações Trabalhistas	-174	-293	-448
3.04.02.03	Serviços Técnicos Especializados	-267	-440	-358
3.04.02.04	Anúncios e Publicações	-47	-86	-44
3.04.02.05	Despesas Legais e Societárias	-2	-3	-14
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	3
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18	-105	-29
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-822	-1.632	-1.751
3.06	Resultado Financeiro	6	51	96
3.06.01	Receitas Financeiras	10	56	104
3.06.02	Despesas Financeiras	-4	-5	-8
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-816	-1.581	-1.655
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-816	-1.581	-1.655
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-816	-1.581	-1.655
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,70710	-0,02942	-0,80929
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,70710	-0,02942	-0,80929

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-816	-1.581	-1.655
4.03	Resultado Abrangente do Período	-816	-1.581	-1.655

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.089	-1.089	-1.998
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-816	-1.581	-1.655
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-816	-1.581	-1.655
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-273	492	-343
6.01.02.01	(Aumento) em Aplicações Financeiras	-134	522	-565
6.01.02.02	(Aumento) em Tributos a Recuperar	12	-13	-25
6.01.02.03	(Aumento) em Adiantamentos a Funcionários	-6	0	0
6.01.02.04	Aumento em Fornecedores	-53	26	31
6.01.02.05	Aumento em Obrigacoes Fiscais	-18	-33	66
6.01.02.06	Aumento em Obrigacoes Sociais e Trabalhistas	-69	-10	138
6.01.02.08	Aumento em Outras Provisoes	-5	0	12
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.089	1.089	1.998
6.03.01	Integralização de Capital	1.089	1.089	1.998

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.176	-1.089	0	-3.329	0	-242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.176	-1.089	0	-3.329	0	-242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.089	0	0	0	1.089
5.04.01	Aumentos de Capital	0	1.089	0	0	0	1.089
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-816	0	-816
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-816	0	-816
5.07	Saldos Finais	4.176	0	0	-4.145	0	31

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.998	0	0	-1.748	0	250
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.998	0	0	-1.748	0	250
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.089	0	0	0	0	1.089
5.04.01	Aumentos de Capital	1.089	0	0	0	0	1.089
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.581	0	-1.581
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.581	0	-1.581
5.07	Saldos Finais	3.087	0	0	-3.329	0	-242

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	-93	0	-93
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	-93	0	-93
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.998	0	0	0	0	1.998
5.04.01	Aumentos de Capital	1.998	0	0	0	0	1.998
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.654	0	-1.654
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.654	0	-1.654
5.07	Saldos Finais	1.998	0	0	-1.747	0	251

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	0	0	3
7.01.02	Outras Receitas	0	0	3
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-316	-529	-427
7.03	Valor Adicionado Bruto	-316	-529	-424
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-316	-529	-424
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6	51	96
7.06.02	Receitas Financeiras	10	56	104
7.06.03	Outros	-4	-5	-8
7.06.03.01	Despesas Financeiras	-4	-5	-8
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-310	-478	-328
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-310	-478	-328
7.08.01	Pessoal	488	1.084	1.309
7.08.01.01	Remuneração Direta	367	819	997
7.08.01.03	F.G.T.S.	25	69	68
7.08.01.04	Outros	96	196	244
7.08.01.04.01	I.N.S.S	96	196	244
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18	19	18
7.08.02.01	Federais	18	19	18
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-816	-1.581	-1.655
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-816	-1.581	-1.655

Relatório da Administração

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO CNPJ nº 22.983.283/001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

Senhores Acionistas,

A Companhia Carioca de Securitização (“Companhia” ou “Rio Securitização”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, com respectivas Notas Explicativas, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Carioca de Securitização é uma sociedade por ações controlada pelo Município do Rio de Janeiro (“Município”), cuja constituição, em 30 de junho de 2015, foi autorizada pela Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012. Está vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro – SMF e tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município, originários de créditos tributários e não-tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios.

A Rio Securitização teve seu pedido de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM deferido em 27 de junho de 2016, sob o código 23949, como Emissora de Valores Mobiliários na Categoria B, na forma da Instrução nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria.

Embora a administração da Companhia tenha adotado todas as ações necessárias para viabilizar a consecução do seu objeto social, questionamentos direcionados à natureza de operações semelhantes, no âmbito dos órgãos de controle e poder legislativo em nível federal – em especial o acórdão nº 772/2016, do Tribunal de Contas da União – trouxeram risco à segurança jurídica para a securitização de recebíveis da dívida ativa dos entes públicos.

Tais questionamentos impactaram diretamente as ações e o cronograma em curso de estruturação da primeira operação de emissão de valores mobiliários pela Companhia. Por outro lado, o contexto de incerteza motivou a proposição do Projeto de Lei do Senado nº 204/2016 (“PLS 204/2016”), que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e tem como objetivo sanar dúvidas jurídicas e devolver ao mercado a segurança na realização de operações de securitização. O PLS 204/2016 foi aprovado no Senado Federal no dia 13 de dezembro de 2017 e remetido para aprovação na Câmara dos Deputados no dia 14 de dezembro de 2017, onde deu origem ao Projeto de Lei Complementar nº 459/2017 (“PLP 459/2017”). Conforme aprovado em 20/11/2018, o PLP 459/2017 está sendo tramitado em

Relatório da Administração

regime de urgência e, nesse momento, aguarda a apreciação em sessão deliberativa ordinária no Plenário da Câmara dos Deputados.

Pelo exposto acima, a Rio Securitização manteve-se pré-operacional desde sua constituição até o encerramento do exercício social de 2018, razão pela qual não possui produtos ou serviços oferecidos ao mercado.

INTEGRALIZAÇÃO E AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

Considerando a manutenção da condição pré-operacional da Companhia e com vistas à adequação do seu fluxo de caixa, o capital social da Rio Securitização foi aumentado em R\$ 1.089.000,00 (um milhão e oitenta e nove mil reais) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, mediante a emissão de 1.089.000 (um milhão e oitenta e nove mil) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizadas em moeda corrente nacional conforme apresentado abaixo:

jan/18	jun/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	Total
500.000,00	100.000,00	75.000,00	51.000,00	70.000,00	80.000,00	213.000,00	1.089.000,00

Cabe ressaltar que, nos termos do art. 6º, § 1º, do seu estatuto social, a Rio Securitização está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, na forma do art. 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do conselho de administração, como ocorreu. Na ocasião, foi observado o direito de preferência dos acionistas na sua subscrição, em conformidade com o disposto no art. 171 da Lei das Sociedades por Ações e também de acordo com o disposto no art. 6º, § 2º, do estatuto social da Companhia.

RECURSOS HUMANOS

A Rio Securitização possui uma estrutura mínima e que considera a terceirização de toda a sua gestão administrativa (contabilidade, fiscal, financeiro, pessoal, jurídico, compras, informática etc), além daqueles serviços relacionados especificamente à consecução do seu objeto social (agente fiduciário, auditoria externa, banco escriturador, mandatário e liquidante, agência de rating, registro e liquidação de debêntures).

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO E CONTRATAÇÕES REALIZADAS

A Companhia Carioca de Securitização, devidamente assessorada pelo Consórcio Avança Rio, formado pelo Banco Fator S/A (líder), Banco Caixa Geral – Brasil S/A e Banco ABC Brasil S/A, pretende realizar emissão de debêntures lastreadas nos direitos creditórios que serão adquiridos do Município, notadamente aqueles referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, inscritos ou não em dívida ativa. A operação de securitização será estruturada da seguinte forma:

- (i) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real com colocação em regime de garantia firme, para distribuição pública com esforços restritos de colocação (“1ª Emissão”), no valor de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e juros correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros

Relatório da Administração

de um dia - DI, extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de spread, expresso em taxa percentual ao ano (base 252 dias úteis), a ser definido em procedimento de *bookbuilding*. O valor da 1ª Emissão poderá ser alterado, a critério da Companhia, no montante necessário para se alcançar o rating mínimo “AA-”, caso a nota não seja atendida para a emissão no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), conforme a avaliação pela agência de rating sobre a carteira objeto da garantia. A 1ª Emissão deverá ser amortizada por fluxo proporcional ao fluxo financeiro das parcelas integrantes da garantia real, em até 60 parcelas mensais, e será registrada na CVM e/ou na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, na forma prevista na Instrução CVM nº 476/2009. A Companhia constituirá fundo de amortização em montante igual ao somatório das 3 (três) próximas parcelas mensais de pagamento; e

(ii) emissão de debêntures subordinadas às debêntures da 1ª Emissão, não conversíveis em ações, em série única (“2ª Emissão”), a ser subscrita pelo Município e distribuída com esforços restritos de colocação na forma da Instrução CVM nº 476/2009, ou submetidas à CVM para anuência no caso de emissão privada. A remuneração e o prazo da 2ª Emissão serão equivalentes ao índice de atualização e ao vencimento da garantia real. A 2ª Emissão será amortizada mensalmente, por meio da transferência do excedente de recebimento do fluxo mensal dos direitos creditórios cedidos, após os pagamentos da 1ª Emissão.

Além da estruturação da operação, a administração da Rio Securitização adotou outras medidas e procedimentos administrativos com vistas ao cumprimento do objeto social da Companhia, conforme abaixo:

(i) contratação do Consórcio Avança Rio (Pregão Presencial SMF nº 01/2015): contrato RIOSEC nº 01/2016, no dia 08/03/2016, para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria financeira para a estruturação, registro e distribuição pública de debêntures com garantia real lastreadas em direitos creditórios, registro e distribuição e/ou privada de debêntures subordinadas (contrato suspenso por prazo indeterminado, não gerando obrigações financeiras para a Companhia);

(ii) contratação da RHPay do Brasil Serviços e Contabilidade Ltda ME (Pregão Eletrônico SMF nº 400/2018): contrato RIOSEC nº 03/2018, de 17/09/2018, para prestação de serviços técnicos especializados nas áreas contábil, societária, trabalhista, previdenciária, fiscal, tributária, de gestão financeira e assessoria paracontábil;

(iii) contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S/S (Pregão Eletrônico SMF nº 0408/2016): 2º Termo Aditivo RIOSEC nº 02/2018, de 08/08/2018, de prorrogação, por 7 (sete) meses e 22 (vinte e dois) dias, do Contrato RIOSEC nº 05/2016, de 08/08/2016, para prestação de serviços especializados de auditoria independente das demonstrações financeiras, revisão especial das informações contábeis trimestrais, revisão do formulário de referência, revisão do formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP, do formulário de informações trimestrais - ITR, informes trimestrais de securitizadora - SEC e revisão da qualidade e adequação dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis;

(iv) contratação da Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Pregão Eletrônico SMF nº 0197/2016): contrato RIOSEC nº 04/2016, de 30/06/2016, para prestação de serviços profissionais de agente fiduciário, para atuar na 1ª e 2ª Emissões (contrato suspenso por prazo indeterminado, não gerando obrigações financeiras para a Companhia); e

Relatório da Administração

(v) contratação do Banco Bradesco S/A (Pregão Eletrônico SMF nº 0344/2016): contrato RIOSEC nº 06/2016, de 31/08/2016, para prestação de serviços profissionais de banco liquidante e escriturador mandatário, para atuar na 1ª e 2ª Emissões (contrato suspenso por prazo indeterminado, não gerando obrigações financeiras para a Companhia).

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A Companhia Carioca de Securitização apresenta seus resultados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, cujos valores estão expressos em Reais e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Relatório da Administração é parte integrante das Demonstrações Financeiras e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas.

AUDITORIA EXTERNA

A Ernst & Young Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia Carioca de Securitização para a prestação de serviços de auditoria externa, sendo objeto destes o exame das demonstrações financeiras da Companhia do exercício social de 2018. Em atendimento à instrução CVM nº 381/03, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S não prestou, em 2018, serviços não relacionados à auditoria externa.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.

Rodrigo Fernandes Barbosa
Diretor Presidente

Jorge Edmundo Ferreira Farah
Diretor Financeiro e Administrativo

José Marcelo Souza Boavista
Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia Carioca de Securitização (“Companhia”) é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Teve sua constituição aprovada mediante autorização legislativa constante da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012, tendo sua instituição através do Decreto Municipal nº 40.198, de 8 de junho de 2015, e está sob vinculação da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia tem por objeto a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, tudo na forma da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012.

A Companhia obteve em 27 de junho de 2016 o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como emissor sob a categoria “B”, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, razão pela qual está prestando todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa.

Desde a sua constituição até a data deste relatório, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional. A Companhia ainda não definiu a data em que realizará a aquisição de direitos creditórios e nem a data para a emissão de valores mobiliários a serem utilizados como instrumento de captação. A continuidade da Companhia está diretamente condicionada à execução do plano de negócio estabelecido pela Administração.

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2018 patrimônio líquido de R\$31, prejuízo acumulado no montante de R\$4.145 e prejuízo de R\$816 no exercício findo nesta data. A Companhia, que se encontra em fase pré-operacional, vem recebendo aportes financeiros de seus acionistas para que possa honrar seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2019.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além dos pronunciamentos, das orientações e das interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

b) Julgamento e estimativas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis que, por sua vez, se basearam em fatores objetivos de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor justo a ser registrado.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos e a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

c) Sazonalidade das transações

Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Conseqüentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às demonstrações contábeis.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

e) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, exceto pelas informações já mencionadas na nota 1, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação.

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado e sem penalidades, com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício.

b) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável.

c) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência.

d) Ativo circulante

São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data das demonstrações contábeis e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

e) Passivo circulante e não circulante

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das demonstrações contábeis.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$60 no exercício. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização.

g) Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

g) Ativos e passivos contingentes--Continuação

Contingências passivas - são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação.

h) Resultado por ação básico e diluído

É calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2018, não existiam instrumentos emitidos pela Companhia com potencial de diluição.

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais eles foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 e geralmente baseado no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido além do seu fluxo de caixa contratual. A Companhia pode classificar seus instrumentos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com ou sem reciclagem, ou ao custo amortizado. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações no valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “Resultado Líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Estão incluídos nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas que tenham sido adquiridos especialmente com a finalidade de negociação de curto prazo.

Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou

O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em "Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida:

a) Participações societárias

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer uma escolha irrevogável por reconhecer em "Outros resultados abrangentes" as variações no valor justo de participações que não estão mantidos para negociação, nem recebível contingente por parte de um adquirente no caso de uma combinação de negócios, conforme previsto no CPC 15 (R1). Como consequência da opção acima descrita, apenas a remuneração proveniente de dividendos que não representa claramente uma recuperação de parte do custo de investimento é reconhecido no resultado, e qualquer outro ganho ou perda (incluindo aqueles vinculados a variação cambial) é reconhecido nos outros resultados abrangentes. Esses ganhos e perdas permanecem no patrimônio e não podem ser reclassificados para o resultado, mesmo em evento de baixa do ativo. Após a baixa do ativo, a Companhia pode reclassificar o ganho/(perda) acumulado dos outros resultados abrangentes para os lucros ou prejuízos acumulados.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes--Continuação

b) Instrumentos de dívida

Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizadas, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado como “Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

- Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros.

Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Reclassificações

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no exercício posterior à mudança de modelo de negócio utilizado pela Companhia para administrar seus ativos financeiros.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas em um exercício de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializada ainda. Essa regra conduz a uma mudança de conceito concomitante à adoção do CPC 48, que passa a apresentar um modelo de perdas esperadas enquanto um modelo de perdas incorridas era usado no CPC 38.

Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes.

Mensuração

Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimento e são mensuradas conforme a seguir:

- Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo a diferença entre o fluxo de caixa devido a entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber);

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração--Continuação

- Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro;
- Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido à Companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber; e
- Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a Companhia espera recuperar.

Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros.

As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são:

- A baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado;
- O não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal;
- A deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional;
- O descumprimento de *covenants*;
- A mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e
- A liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador.

Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essas mesmas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como “perdas acumuladas por redução ao valor recuperável”. Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia deve baixar o valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles.

Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do *input*.

j) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

4. Novas normas e interpretações contábeis

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

Os pronunciamentos e interpretações abaixo estão em revisão e/ou discussão pelo CPC, sendo que as possíveis alterações decorrentes do processo de revisão e/ou discussão não estavam em vigor até a data-base das demonstrações contábeis. São eles:

- CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil
- ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia não adotou de forma antecipada os referidos pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

A Administração com base em análises preliminares realizadas até o presente momento estima que a adoção desses pronunciamentos não impactaria de forma significativa as demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

5. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Nível - Valor justo	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Aplicação em cotas de fundos de investimento (i)	2	177	43	43

(i) As cotas de fundos de investimentos são precificadas com base nas informações de valor de cota divulgado pelos administradores dos fundos de investimento. Os fundos são administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação	6	51
Total	6	51

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

6. Impostos a compensar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo era composto conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRPJ a recuperar	26	36
CSLL a recuperar	-	2
Total	<u>26</u>	<u>38</u>

7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo era composto conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Serviços prestados por terceiros (i)	97	150
	<u>97</u>	<u>150</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica é composta basicamente por contas a pagar relativos a serviços de auditoria externa e de contabilidade.

8. Obrigações tributárias

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo era composto conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRRF sobre salário a recolher	15	31
Outros	-	2
	<u>15</u>	<u>33</u>

9. Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo era composto conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários a pagar	13	37
Férias	25	18
Licença remunerada	-	32
INSS a pagar	16	31
FGTS a pagar	5	10
	<u>59</u>	<u>128</u>

10. Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo era composto conforme segue:

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caução de contratos	7	12
	<u>7</u>	<u>12</u>

11. Despesas com pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo era composto conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários (Nota 14.b)	314	705
INSS	95	196
FGTS	25	69
Férias	28	28
13º salário	21	20
Gratificações	2	33
Licença remunerada	3	33
Total	<u>488</u>	<u>1.084</u>

12. Despesas gerais e administrativas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo era composto conforme segue:

	<u>Exercício findo em 31/12/2018</u>	<u>Exercício findo em 31/12/2017</u>
Auditoria e assessoria contábil	267	440
Anúncios e publicações	47	86
Legais e societárias	2	3
	<u>316</u>	<u>529</u>

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 14 de janeiro de 2016, o acionista da Companhia integralizou o capital social no valor de R\$1.000 subscrito em 2015.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Em 20 de abril de 2016, foi transferida uma ação de emissão da Companhia detida pelo Município do Rio de Janeiro para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A - CDURP.

Em 13 de setembro de 2016, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, aprovaram o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 3.500 (três mil e quinhentas) ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal, no montante de R\$998.

Em 16 de março de 2017, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R\$1.089, mediante a emissão de 60.500 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, e o mesmo foi integralizado em 30 de março de 2017.

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 22 de dezembro de 2017, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$1.089 mediante a emissão de 1.089.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O aporte será integralizado na seguinte forma: (i) R\$500 no prazo de até 30 dias, que ocorreu no dia 15 de janeiro de 2018; e (ii) R\$589 até o final do exercício social pelo Município do Rio de Janeiro, principal acionista da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi integralizado o montante de R\$1.089.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado é de R\$4.176 e está representado por 1.154.000 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal.

Conforme o Estatuto Social da Companhia o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$10.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e colocação dos referidos valores mobiliários, observado o direito de preferência de todos os acionistas.

É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

Cada ação ordinária confere direito a um voto nas assembleias gerais.

13. Patrimônio Líquido--Continuação

b) Reserva de lucros

A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

c) Dividendos

O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

Notas Explicativas**Companhia Carioca de Securitização**

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

d) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme informações abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ON	1.154.000	1.154.000
Total de ações	<u>1.154.000</u>	<u>1.154.000</u>

13. Patrimônio líquido--Continuaçãod) Resultado por ação--Continuação

Movimentação na quantidade de ações

	<u>Data</u>	<u>Ações</u>
Quantidade inicial	31/12/2016	4.500
Aumento de capital	16/03/2017	60.500
Aumento de capital	22/12/2017	1.089.000
	<u>31/12/2018</u>	<u>1.154.000</u>

Média ponderada do número de ações ordinárias

<u>Data</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Número de dias</u>	<u>Média ponderada de ações</u>
31/12/2017	1.154.000	365	1.154.000
31/12/2018	1.154.000		<u>1.154.000</u>

Notas Explicativas**Companhia Carioca de Securitização**

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Data	Prejuízo do exercício findo em 31/12/2018	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
31/12/2018	(816)	1.154.000	(0,0007)

Data	Quantidade de ações ordinárias	Número de dias	Média ponderada de ações
31/12/2016	4.500	365	4.500
16/03/2017	60.500	290	48.068
22/12/2017	1.089.000	9	26.852
31/12/2017	1.154.000		79.421

Data	Prejuízo do exercício findo em 31/12/2017	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
31/12/2017	(1.581)	79.241	(0,0200)

14. Partes relacionadasa) Controlador

O acionista controlador da Companhia é o Município do Rio de Janeiro com 1.153.499 (um milhão, cento e cinquenta e três mil e quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Administradores

A Administração da Companhia é feita pelos membros da Diretoria e Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração terão remuneração que será fixada na Assembleia Geral na forma do Estatuto de legislação aplicável.

O Decreto Rio nº 43509, de 7 de agosto de 2017, limitou a retribuição pecuniária mensal dos membros do conselho administrativo e fiscais no âmbito da Administração Pública Municipal do Rio de Janeiro, a R\$2.000,00 (dois mil reais) e R\$1.000,00 (um mil reais), respectivamente.

Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

Os administradores da Companhia receberam remuneração no valor de R\$314 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$705 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

15. Contingências

A Administração avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra a Companhia e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da Administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas.

16. Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

17. Gerenciamento do risco

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores. A Companhia possui ativos financeiros, aplicações em cotas de fundos de investimento, efetuadas com os recursos oriundos do aporte de capital.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Em 31 de dezembro de 2018, a exposição de ativos financeiros estava concentrada no Brasil, no setor bancário.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui ativos financeiros vencidos ou sem perspectiva de recuperação.

Risco de liquidez

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de aplicações em ativos financeiros de disponibilidade imediata.

Notas Explicativas**Companhia Carioca de Securitização**

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

A tabela abaixo resume a expectativa de fluxo de caixa para os ativos financeiros mantidos do balanço:

17. Gerenciamento do risco--ContinuaçãoRisco de liquidez--Continuação

	31/12/2018		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	177	-	177
	177	-	177
	31/12/2017		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	43	-	43
	43	-	43

A tabela abaixo apresenta análise do fluxo de caixa para os passivos financeiros na data do balanço:

	31/12/2018		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	59	-	59
Fornecedores (Nota 7)	97	-	97
Obrigações tributárias (Nota 8)	15	-	15
Outras obrigações (Nota 10)	-	7	7
Total	171	7	178
	31/12/2017		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	128	-	128
Fornecedores (Nota 7)	150	-	150
Obrigações tributárias (Nota 8)	33	-	33
Outras obrigações (Nota 10)	-	12	12
Total	311	12	323

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

18. Eventos subsequentes

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 08 de fevereiro de 2019, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$784 mediante a emissão de 783.600 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O aporte será integralizado até o final do exercício social de 2019 pelo Município do Rio de Janeiro, principal acionista da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Carioca de Securitização

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Carioca de Securitização (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Carioca de Securitização em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e apresenta, em 31 de dezembro de 2018, prejuízos acumulados de R\$4.145 mil registrados no patrimônio líquido e prejuízo de R\$816 mil no exercício findo naquela data. Conforme apresentado na respectiva nota explicativa, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Despesas com pessoal

A Companhia apresentou despesas com pessoal no montante de R\$488 mil, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Devido à situação pré-operacional da Companhia, pelo impacto direto no seu resultado operacional e devido à materialidade no contexto das demonstrações contábeis, a despesa com pessoal é considerada uma das principais áreas de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o: (i) entendimento do processo de folha de pagamento; (ii) análise da folha de pagamento em base amostral para o período; (iii) recálculo dos impostos que incidem sobre os salários dos funcionários e administradores; e (iv) a valorização dos benefícios dos funcionários e administradores, reconhecidos durante o exercício de 2018. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto incluídas na nota explicativa nº 11.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a rubrica de despesa com pessoal, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e critérios adotados pela administração no reconhecimento das despesas com pessoal, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Gilberto Bizerra De Souza

Contador – CRC-1RJ076328/O-2

Sócio

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO S.A. - RIO SECURITIZAÇÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Carioca de Securitização, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Lucro e Distribuição de Dividendos, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base em seu trabalho de acompanhamento, nos documentos examinados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração e considerando o Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 26 de março de 2018, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é da opinião que os referidos refletem apropriadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia e, portanto, reúnem condições de serem submetidos e aprovados na Assembleia Geral Ordinária.

É o Parecer.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019

EUNICE SOUSA SORRILHA DE CARVALHO

ROSANGELA PEREIRA RAMOS

HENRIQUE BAPTISTA MARQUES JUNIOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, anexo sala 506- parte, CEP 20211-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71, nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.

Rodrigo Fernandes Barbosa

Diretor Presidente

Jorge Edmundo Ferreira Farah

Diretor Financeiro e Administrativo

José Marcelo Souza Boavista

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, anexo sala 506- parte, CEP 20211-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71, nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, datado de 26 de março de 2019, relativamente às informações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.

Rodrigo Fernandes Barbosa

Diretor Presidente

Jorge Edmundo Ferreira Farah

Diretor Financeiro e Administrativo

José Marcelo Souza Boavista

Diretor de Relações com Investidores